Enquanto discutimos um projeto de reforma da educação superior que, ironicamente, se caracteriza pela ausência de propostas que visem à renovação do setor e ao comprometimento com a geração de um novo país, a União Européia implanta aos poucos mudanças significativas, calcadas nos princípios da Declaração de Bolonha, à qual aderiram, em 1999, 31 países, com o propósito de compatibilizar sistemas de ensino superior, estimular o trânsito do corpo docente e discente e criar, até 2010, a "maior economia do conhecimento" do planeta. Ambição coletiva que incentiva cada nação a promover o salto da educação para a modernidade, através da flexibilização de currículos, desburocratização, adequação a novas clientelas e conceitos de desenvolvimento. Guardadas as peculiaridades locais, este processo tem muito a nos ensinar sobre o imperativo das transformações, os cuidados ao executá-la, e a viabilidade de casar objetivos de diferentes setores sociais. Afinal, se os críticos da modernização crêem que a educação está se rendendo à lógica do mercado, também é verdade que a economia vem sendo forçada a ceder à lógica da educação a fim de se tornar competitiva e auto-sustentável.

Bolonha é fruto de uma União Européia que pretende o fortalecimento econômico e aumento da competitividade dos países do bloco, dentro de um mercado comum e em nível mundial. E, numa sociedade onde o conhecimento é o maior capital, é óbvio que as formas de educar devem ser compatíveis para que se cumpram metas de desenvolvimento. Isso não significa a uniformização pouco criativa do ensino; o que se deseja é a harmonização, por meio de um sistema de créditos válido em todas as fronteiras (você começa um curso em Portugal e conclui em Paris, sem problemas) e períodos de formação semelhantes - graduação em três ou quatro anos, grau de mestre em no mínimo dez semestres de estudos superiores e de doutor em 16 semestres. Os cursos devem se basear na aquisição de competências, não no acúmulo de disciplinas, e oferecer um ciclo básico e especialização mais tardia. Uma agência reguladora se ocupa das avaliações de desempenho institucional. Cada instituição é autônoma para criar e modificar planos de estudos, comunicando a decisão ao ministério da educação, o que reduz a burocracia. Enfim: cada sistema funcionará com o olhar em um projeto maior, que inclui maior comunicação entre estudantes e docentes dos vários países, aumento do acesso ao nível superior, individualização do percurso de formação e casamento mais estreito com o mercado, com vistas a assegurar a empregabilidade dos estudantes.

Lá, como cá, críticas às mudanças proliferam. A educação superior é conservadora quanto ao modus operandi. Mas isso não é de todo mau: uma dose de conservadorismo impede mudanças baseadas no atraente colorido dos modismos e nos discursos que pregam a democratização, mas podem desaguar na elitização - graduação tradicional e boa para uns, cursos ligeiros e rasos para as massas.

Não precisa ser assim. No Brasil, acredita-se que a qualidade será alcançada por meio de uma receita de bolo e alongam-se indevidamente os cursos para que adquiram status de bacharelado. Mas um curso pode durar dez anos, soterrando os alunos com informações, sem prepará-los para o importante: aprender a aprender. Enquanto um curso menor, mas centrado na aquisição de competências, formará um profissional aberto a novos problemas e soluções. E é, sobretudo, preparando recursos humanos engajados em um projeto de desenvolvimento repleto de desafios, que o ensino superior cumpre seu papel mais relevante.

Não proponho copiar Bolonha, mas está patente que o Brasil se fecha ao propor uma reforma que desestimula a aposta em novas alternativas de formação, impedindo seu aprimoramento e isolando-as, ao invés de integrá-las, de um sistema que prioriza o modelo universitário. Bolonha é uma inspiração, pois nos alerta que, antes da integração internacional, é preciso pensar na cooperação entre os subsistemas brasileiros - universidades públicas, privadas, centros universitários, faculdades, centros tecnológicos -, visando à criação de um sistema onde só a qualidade seja o diferencial, organizado de modo a facilitar o trânsito de alunos e experiências entre instituições que cooperam entre si, permitindo que a educação estenda raízes em locais e setores onde a ignorância, ainda que com diploma nas mãos, atiça desigualdades e inviabiliza o crescimento sustentável do país.